QUANDO A LIBERDADE NÃO É UM BEM QUE PERTENCE A TODOS: A CONDIÇÃO DE VIDA DOS ESCRAVOS NA CASA DE DETENÇÃO DA CIDADE DO RECIFE

CLARISSA NUNES MAIA*

Resumo: Este artigo trata da prisão de escravos na Casa de Detenção do Recife, e do temor dos senhores de engenho de que as condições da prisão pudessem ser consideradas mais "favoráveis" aos escravos, acostumados com o trabalho nos engenhos.

Em 1863, pouco tempo depois da Casa de Detenção do Recife começar a funcionar, um artigo do Regulamento de 28 de agosto de 1885 da Casa de Detenção do Recife, causou um atrito entre os senhores e as autoridades policiais a quem mais e mais vinha cabendo o papel de suplementar o controle dos escravos, interferindo no que antes era quase um dever e direito exclusivo dos donos de escravos, no que se refere a sua vigilância e punição. O artigo 15 estabelecia a gratificação dos escravos que trabalhassem nos serviços de limpeza e reparos do estabelecimento, o que motivou aos senhores de engenho a pressionarem o diretor do presídio para que o artigo fosse anulado. O diretor, preocupado com a reação dos senhores, solicitou oficialmente ao chefe de Polícia, que pedisse a sua anulação ao presidente da Província, uma vez que concordava que com a gratificação os *"...escravos ficariam em melhor condição do que os que gozam da liberdade"*.¹

A partir dessa afirmação - no mínimo contraditória, uma vez que na prática e legalmente, nenhum escravo é livre, esteja ele na rua ou na cadeia, mas ao contrário, está sempre tentando criar formas de "gozar da liberdade", ainda que na cadeia -, procuramos verificar as condições de vida dos escravos recolhidos à Casa de Detenção. Primeiro temos que levar em consideração que os escravos presos na Casa de Detenção poderiam estar lá para cumprir pena de galés, por suspeita de estar fugido, ficando lá até ser reclamado por seu dono, ou para ser aplicada penas de açoites a pedido dos senhores. Conforme

fosse o número, eles ficariam lá até completá-las em número de 50 por dia, até se restabelecer delas -. Esta diferenciação é importante para se estabelecer uma conexão entre o medo dos senhores à respeito da gratificação e o que as condições de vida no presídio representavam para os escravos presos.

Tirando a média entre aqueles escravos que iam receber penas de açoite e que foram presos por suspeita de fuga, temos 12\$500 réis mensais por escravo, despendidos pela Casa de Detenção em alimentação, roupa e cuidados médicos, contra 6\$289 réis gastos pelos senhores nos engenhos.² Enquanto nos engenhos eles recebiam duas refeições diárias, na prisão eles recebiam três, além de carne fresca duas vezes por semana que era fornecido a todos os presos pobres.³ Caso adoecesse, pelo regulamento o escravo receberia “um colchão com travesseiro de palha, dois lençóis, e uma coberta, uma toalha, uma bacia de mãos, uma escarradeira e um ourinol”, “seria acompanhado por um médico e receberia a medicação prescrita”. Todas essas despesas deveriam ser pagas pelos donos, que só poderiam retirá-los depois de quitar a dívida, coisa que nem sempre acontecia⁴.

Quanto aos serviços de limpeza e reparo, não temos razão nenhuma para considerar mais pesado do que o trabalho nos engenhos ou mesmo no ganho da rua. As condições de higiene talvez também fossem mais salubres do que as da senzala. Em cada cela havia uma vassoura para limpeza, uma mesa e para cada um dos detentos “um tamborete”, uma barra com travesseiro de madeira, e uma caneca para beber água, provida de água suficiente para todos os usos”.⁵ A limpeza das celas era feita pelos escravos ou os condenados a trabalhos públicos, que deveriam varrê-las diariamente e lavá-las ao menos uma vez por semana, e a roupa tinha que ser conservada limpa. Se o preso não tivesse roupa adequada - o que significava ter no mínimo duas mudas de calças e camisas de algodão⁶ -, então a Casa de Detenção as forneceria. Mas parece que essa distribuição de roupas não conseguia suprir a demanda, porque parte dessa roupa era dada também aos “ébrios e loucos recolhidos nus” pelas ruas da cidade.⁷

Diante dessas condições gerais, o que realmente deveria pesar aos escravos era o confinamento. Só podiam sair das celas para passeios diários apenas por 15 minutos, isto se o médico da Casa considerasse necessário e o Chefe de Polícia concordasse.⁸ Mas como eram eles os principais responsáveis pela faxina, isso permitia que circulassem diariamente nos pátios internos e externos do edificio, e que saíssem para buscar suprimentos, porque a faxina compreendia tanto os serviços de limpeza, quanto a condução de gêneros alimentícios para o presídio. Quando isso ocorria, deveriam ser ferpeados, o

que nem sempre acontecia, dando chance de tentarem uma fuga.⁹

O escravo Inácio, por exemplo, de 22 anos preso por fugido há quase três, quando foi "...buscar os gêneros para alimentação dos presos pobres, acompanhado [de uma praça] ao chegar no açougue na ribeira da Freguesia de São José fugiu, largando a correr e apesar dos esforços que (...) fizera [a praça] não foi possível prendê-lo" Inácio só foi preso um ano depois, e na mesma freguesia de onde fugira.¹⁰ Embora o diretor da Casa de Detenção não tenha atribuído à negligência do soldado a fuga de Inácio, levando em conta o fato do escravo ter tido sempre bom comportamento e não ser criminoso, além de reconhecer a falta de policiais necessários para essas escoltas, o soldado Ladislau foi substituído e aberto inquérito.¹¹

Mas as falhas de vigilância aconteciam com qualquer um. O escravo João Marques, de 24 anos, cumprindo pena de galés perpétua, saiu para buscar o pão dos presos acompanhado de um soldado sem estar ferropado, o que possibilitou a sua fuga. Foi preso oito meses depois, nos arredores do Engenho Novo.¹² Já o escravo Pio, de 30 anos, que fugiu de manhãzinha, passando pelos sentinelas das muralhas e saltando o muro utilizando-se de uma escada, explicou ao ser preso quatro dias depois, que "... nos primeiros dias (quando começou no serviço de iluminação do presídio) era acompanhado de um guarda e depois deixou de ser..."¹³

Não sabemos se algumas dessas fugas eram facilitadas pelos soldados, mas era uma possibilidade com a qual as autoridades conviviam. O primeiro intendente do Rio, em 1817 fez o seguinte comentário a respeito das escoltas de Henriques, que pode ser estendido a outros grupos milicianos que cumpriram a mesma tarefa: "...vão de má vontade (...) porque são homens miseráveis, sapateiros, pedreiros, e alfaiates, que se privam de seus jornais nesses dias, única renda de que se mantém, a sua família, e o resultado é abandonarem os presos, que a seu alvo fogem, ficando em risco a segurança pública". As razões, porém, que motivariam um soldado a deixar um escravo fugir poderiam ser de ordem bem mais subjetiva. A praça da Guarda Nacional, Firmino Marques de Souza, por exemplo, foi preso pelo subdelegado da freguesia de Santo Antônio por ter solto uma escrava que lhe havia sido entregue pelo inspetor de quarteirão. Talvez não achasse justas as razões do inspetor para prender a mulher ou talvez ela tivesse encantos suficientes para convencer o soldado a deixá-la fugir, mesmo correndo o risco de ser punido.¹⁴

Mais do que a possibilidade de fuga, as saídas dos escravos a serviço do estabelecimento proporcionavam um meio de juntar algum dinheiro. Era "costume muito antigo alguns escravos" usarem estes momentos para vende-

rem objetos feitos pôr eles, como “chapéus”, vassouras, pentes, etc...” O escravo Benedito, preso para cumprir pena de açoite e continuando preso á disposição do seu senhor, foi encontrado por ele vendendo vassouras na rua. O senhor - como era de se esperar - não gostou nada da história, e acusou o diretor da Casa de Detenção de estar usando seu escravo para ganhar 400 réis diários.¹⁵ Mesmo levando-se em conta que a acusação fosse verdadeira, o diretor da Casa teria que entra em acordo com o escravo, para evitar que ele o denunciasse posteriormente junto ao seu senhor, quando, então, teria chance de conseguir algum dinheiro para si.

As acusações sobre as vantagens auferidas pelo administrador da Casa de Detenção, Rufino Augusto d’Almeida, não se restringiam a tirar proveito dessas saídas dos cativos. Como principal incentivador das oficinas de trabalho para os detentos, pairavam dúvidas sobre quem realmente saía lucrando com elas: os detentos, os cofres públicos ou o diretor. Para Rufino d’Almeida, os dois primeiros seriam os grandes beneficiados. Explicava sua idéia de formar oficinas por reconhecer “... que o trabalho de cada um isoladamente era pouco produtivo, além disto que a muitos difícil era a aquisição da matéria - prima, resolvi reuni-los em uma oficina que funcionasse dentro do raio do norte, no espaço entre as duas alas de celas e habilitá-los com a minha garantia a comprar no mercado os materiais em primeira mão, livrando-os assim da garra de desumanos usurários que lhes vinhão ou mandavão vender ruim fazenda por preços fabulosos”.¹⁶

Resolveu, então, formar oficinas de sapateiro, ferreiro e carapinas às suas próprias custas, uma vez que as despesas com elas não estariam autorizadas pelo orçamento provincial. A oficina de sapateiro era a que dava lucro. Em seis meses de trabalho conseguiu fabricar 6.000 pares de calçados, dos quais 4.000 eram vendidos ao Exército: 1.720 para o Arsenal de Guerra, a preços abaixo do mercado, e o restante atendia a encomenda de lojas. O dinheiro obtido com as vendas era empregado nas despesas com a alimentação e curativo dos presos pobres. As duas últimas oficinas serviam apenas nas obras internas da detenção, mas o diretor sugeria a sua utilização “de modo a dar lucro”, pela Repartição das Obras Públicas.¹⁷

Bem sintonizado com a prática européia de utilizar o trabalho como “uma das peças essenciais da transformação e da socialização progressiva dos detentos”¹⁸, observava as vantagens sociais do trabalho do preso para a sociedade como um todo, na medida em que recuperaria o indivíduo para o mercado de trabalho e tiraria o ônus do Estado sustentá-lo:

*“Ainda quando nenhuma economia resultasse aos cofres públicos mesmo assim o trabalho devia ser olhado como um objeto de suma importância. Os males provenientes da ociosidade são incalculáveis e o remédio para seus perniciosos efeitos é sem dúvida o trabalho. O benefício da instituição do trabalho é duplo. Ao preso beneficia habituando-o e a indústria moralizando-o enfim; ao público aproveita porque habilitados os presos a alimentarem suas famílias e com o produto do seu trabalho garantido está o pão de muitos infelizes que sem este socorro aumentariam o número de mendigos e das desgraçadas vítimas da prostituição”.*¹⁹

Apesar das oficinas de trabalho serem destinadas aos presos não cativos, como demonstram os relatórios de Rufino Augusto d’Almeida, há indícios de que os escravos participassem delas, até um certo ponto. Segundo o art. 16 do Regulamento da Casa de Detenção, era permitido “a todos os presos trabalharem nas artes e ofícios de sua profissão (...) e aquellos que regularmente assim se occuparem de sua profissão ficam dispensados de todo o serviço determinado no art. 13”, isto é, do serviço de faxina que era preferencialmente feito pelos escravos e em seguida pelos condenados a galés²⁰, os quais também poderiam ser escravos.

Por outro lado, o trabalho dos detentos era uma forma deles próprios cobrirem parte das despesas com sua alimentação, vestuário e cuidados médicos. As despesas com os escravos não criminosos deveriam ser custeadas pelos senhores, mas um grande número deles passava mais de um ano sem ser reclamado pelo seu dono, o que significava custos acumulados, e o fato ainda do senhor aparecer não queria dizer que aceitassem pagar os gastos do seu cativo.²¹

Como muitos escravos no século XIX possuíssem uma profissão, inclusive escravos de engenho, é presumível que fossem aproveitados nas oficinas a um preço mais reduzido do que os outros, mesmo que apenas como auxiliares, cobrindo parte dos gastos que a Casa de Detenção tinha com eles. Em 1866, quando as poucas oficinas que ainda restavam estavam funcionando precariamente, o diretor da época, Leopoldo Borges Galvão Uchôa, reclamava de que um escravo achava-se “com saúde muito alterada”, devido à reclusão e à falta de trabalho ao ar livre, que muito concorreu para isto, pelo que *não existindo trabalho para os detentos*, a ociosidade apodera-se delles, e de robustos que eram ao entrarem aqui, em poucos dias nota-se no physico

grande diferença”.²² (grifos meus)

Sob estas condições, podemos especular que se a casa de Detenção do Recife não estava nos planos de fuga dos cativos, afigurava-se, no entanto, como uma outra forma de burlar o senhor, na medida em que privava ele de sua força de trabalho. A ameaça de um cativo cometer um crime e ser preso poderia servir também como uma forma de pressão sobre o senhor que não o liberasse para ser vendido a um dono melhor ou que o quisesse vender a um dono indesejável.²³ Comparativamente ao jugo do eito, não era materialmente pior, se os trabalhos não fossem mais leves, não seriam piores. Os castigos, quando aplicados, não podiam passar dos cinquenta açoites por dia, no que interferia no arbítrio do senhor, muitas vezes contrariados em sua disposição de punir seus escravos²⁴. Recebiam assistência médica e tinham condições de ganhar algum dinheiro nas oficinas ou vendendo nas ruas os objetos por eles fabricados.

Numa sociedade escravista, onde a liberdade não é “... um bem que pertence a todos da mesma maneira”, sua perda não tem “o mesmo preço para todos”, de modo a fazer da prisão “o castigo igualitário”, com o mesmo sentido para o homem livre e para o cativo.²⁵ Na verdade o que se coloca aqui, é o sentido de uma instituição carcerária dirigida à escravos. Para que e qual a função da prisão? A privação da liberdade e a transformação dos indivíduos através de uma disciplina constante, para o seu retorno à vida em sociedade,²⁶ coisa que não faz sentido em se tratando de escravo. O escravo sabe que está privado de sua liberdade e que sua vida privada é, em muito, limitada à vontade do seu dono. A vida de um escravo de engenho também obedece a uma disciplina rigorosa - a disciplina de uma fábrica -, com jornadas de trabalhos extenuantes, com vigilância constante sobre sua produtividade, com castigos físicos e isolamento para aqueles que tentassem sair fora do regime. No caso dos escravos urbanos, essas condições já eram mais amenas, mas ainda assim estariam juridicamente privados de sua liberdade e teriam que trabalhar arduamente para uma outra pessoa. Com isso não pretendemos dizer que estar na prisão ou fora dela não tivesse diferença para os escravos - lógico que havia -, mas que a diferença não era de modo a intimidar o cativo a tentar uma fuga ou cometer um crime.

Para o escravo, tentar uma fuga para a capital e ser preso pela polícia ou cometer um crime e ser sentenciado às galés, talvez não fosse um destino pior do que o de suportar trabalhos extenuantes e castigos cruéis.²⁷ Deste ponto de vista, fica fácil entender o medo que os senhores de engenho tiveram em 1863, da Casa de Detenção do Recife entrar para o roteiro de fuga de seus escravos.

Abstract: This paper deals with the imprisonment of slaves in Recife's House of Detention, and the landowner's concern that the "favourable" prison conditions would be too appealing to slaves, accustomed to plantation labour.

NOTAS:

- *Este artigo é uma versão ligeiramente modificada de parte de minha dissertação de Mestrado intitulada *Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas* : o controle social do escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888), UFPE, 1995.
- ¹ Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo Casa de Detenção da Cidade do Recife (CDR), ofício do diretor da Casa de Detenção do Recife, Rufino Augusto de Almeida, para o Chefe de Polícia, Abílio José Tavares, 13 de agosto de 1863, v.3, p.477.
- ² APEJE, CDR, Despesas feitas com escravos, v.17, pp.329, 997; v.25, pp.80-82; v.24, pp.184-187; v.25, pp.42-44. Peter Eisenberg, *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Universidade Estadual de Campinas, 1977, p.208, retirei a média do item "Manutenção com a mão-de-obra escrava de 1857 a 1887.
- ³ APEJE, CDR, Alimentação dos presos pobres recolhidos à Casa de Detenção de que fala o art.48 do Regulamento de 1855.
- ⁴ APEJE, CDR, Regulamento para a Casa de Detenção da Cidade do Recife de 1855, arts. 57, 76 e 82. O orçamento de despesa para a Província com o "sustento e curativo dos presos pobres" no ano de 1867, por exemplo, foi de 6:205\$788 réis.
- ⁵ Idem, Regulamento... de 1855, art. 24.
- ⁶ Idem, arts. 13, 37 e 39.
- ⁷ Idem, 06.05.1864, v.4, p.147.
- ⁸ Idem, Regulamento ... de 1855, art.25.
- ⁹ Idem, 02.06.1866, v.6, p.160. Leila Mezan Algranti, *O feitor ausente* : estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822. Petrópolis, Vozes, 1988, pp.77-82.
- ¹⁰ APEJE, CDR, 31.12.1864, v.4, p.478.
- ¹¹ Idem, Ofício do Diretor da Casa de Detenção...para o Chefe de Polícia..., 5 de janeiro de 1865, v.5, p.1.
- ¹² Idem, Ofício do Diretor da Casa de Detenção do Recife, Florêncio José Carneiro Monteiro, para o Chefe de Polícia, Tristão da Alencar Araripe, 8 de fevereiro de 1860, s.p.; Diário de Pernambuco, 17.10.1864, p.4.
- ¹³ Idem, ofícios do Diretor... Rufino A. d'Almeida, para o Chefe de Polícia, Luís Antônio Fernandes Pinheiro, de 13 e 18 de março de 1870, v.7, pp.314, 320-321.
- ¹⁴ Apud Algranti, op.cit., pp.81-82; D.P., 13.02.1850.
- ¹⁵ APEJE, CDR, ofício do Diretor da Casa de Detenção... para o Delegado de Polícia,

Luiz d'Albuquerque Martins Pereira, 2 de junho de 1866, v.6, p.160.

¹⁶ Idem, ofício do Diretor da Casa de Detenção..., para o Chefe de Polícia, Abílio José Tavares da Silva, 20 de janeiro de 1864, v.4, p.40.

¹⁷ Id., *ibid.*

¹⁸ Michel Foucault, *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 8ª edição, Petrópolis, Vozes, 1991, p.238.

¹⁹ APEJE, CDR, ofício do Diretor da Casa de Detenção..., para o Chefe de Polícia..., 20 de janeiro de 1864, v.4, p.40.

²⁰ APEJE, Regulamento para a Casa de Detenção..., art.13, 14 e 16.

²¹ O diretor da Casa de Detenção, já acostumado aos constantes calotes dos senhores, recusou-se a entregar o escravo de um certo vigário que não queria pagar as despesas com o tratamento dele, embora na ocasião tivesse afirmado "(...) perante os empregados que nenhuma despesa se poupasse para a salvação do seu escravo". A conta do vigário tinha ficado em 91\$340 réis. No ofício, ele reclamava ao chefe de polícia os constantes abusos praticados pelos senhores, que mandavam seus escravos doentes para a Casa atraídos pelos preços baixos, sem ao menos serem criminosos, e que depois não queriam pagar. APEJE, CDR, ofício do Diretor da Casa de Detenção..., para o Chefe de Polícia, 25 de agosto de 1866, v.6, p.226.

²² Idem, ofício do Diretor da Casa de Detenção, Leopoldo Galvão Uchôa, para o Chefe de Polícia, Antônio Domingos Pinto, 21 de agosto de 1886, v.34, p.421.

²³ Casos desses foram encontrados em Chalhoub, *Visões da liberdade.: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990, p.32.

²⁴ Cf. Suely R.R. de Queiroz, *Escravidão negra em São Paulo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977, pp.53-54, e o requerimento de Antônio Antunes da Silva ao Chefe de Polícia, para que seja castigado seu escravo André de mais de 30 anos, por fuga e desobediência, com duzentos açoites, na Casa de Detenção, no que foi convertido para apenas cento e cinquenta açoites, "não levando por dia mais de cinquenta", APEJE, CDR, 02.01.1865, s.p. Ao que parece os castigos na Casa de Detenção só eram aplicados se o escravo tivesse condições físicas de recebê-los, como sugere o documento: " O escravo Moysés dos senhores Gurgel & Perdigão que V.S. [o Chefe de Polícia] (...) manda seja castigado com 16 dúzias de palmatoadas com o intervalo de um dia, foi a esta Casa recolhido bastantemente contuso, pelo que imediatamente foi recolhido a enfermaria (...) não podendo portanto em vista do seu estado, ter lugar o dito castigo, o qual será cumprido quando julgar o respectivo médico conveniente , o que levo ao conhecimento de V.S. como me cumpre" Idem, ofício do Diretor ... Florêncio José Monteiro, para o Chefe de Polícia, Tristão de Alencar Araripe, 09 de junho de 1861, p.166.

²⁵ Foucault, *op.cit.*, p.208.

²⁶ Idem, p.209.

²⁷ Era essa a opinião do Ministro de Justiça, que em 1870 propunha alterações na pena de galés, com o objetivo de transformar "a existência do condenado em uma vida de fadigas e privações, [uma vez que] a pena de galés não intimida os escravos,

principalmente aos que estão sujeitos ao regimen duro dos estabelecimentos rurais”. Da mesma forma, concluía o presidente da província do Rio de Janeiro em 1876, que a pena de galés era “(...) um melhoramento da condição servil. Os escravos assassinam para serem condenados a galés (...) e sem dúvida alguns melhoram, porque deixam de ser obrigados ao trabalho (...), adquirem uma quase liberdade, que em tanto importa a certeza de não voltarem ao cativo e a esperança de liberdade completa - pelo perdão ou remissão de parte da pena”, concessão essa dada pelo próprio imperador. Apud Chalhoub, op.cit., pp.178 e 268.